

Barack Obama e o Desafio da Liderança

Barack Obama and the Challenge of Leadership

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 18 a 20]

Na política costuma-se dizer que um estadista faz-se no cargo, independente dos caminhos que o levaram a ele, e que muitas vezes estes caminhos tornam-se diferentes diante das pressões das estruturas governamentais internas e do entorno externo. Outro clichê conhecido é que momentos de crise são os melhores para a reinvenção destas escolhas, permitindo maior margem de manobra governamental a partir da percepção de que rumos nacionais e internacionais precisam ser ajustados. Frente estas avaliações, ao se completar em Janeiro de 2010 um ano da administração de Barack Obama, por mais paradoxal que seja, pode-se sugerir que todas estas afirmações são verdadeiras.

Avaliando esta fase inicial de Obama torna-se claro que a passagem da campanha à Casa Branca vem representando um desafio permanente ao atual Presidente e ao partido democrata, que tem dificuldades em consolidar-se como frente coesa diante dos adversários republicanos e de capturar o debate interno. Mais ainda, os democratas têm demonstrado a mesma dificuldade em adaptar-se a uma realidade em Washington incompatível a sua agenda de campanha. Fenômeno similar caracterizou os dois primeiros anos da administração Bill Clinton (1993/2000) e lhe custou as eleições de meio de mandato em 1994. Apesar de ter conseguido posteriormente em 1996 sua reeleição, a derrota de 1994 sofrida por Clinton deu força à “revolução” do “Contrato com a América” republicana que em 2000 consubstanciou-se na ofensiva neoconservadora que levou George W. Bush (2001/2008) à presidência.

Mesmo minoritário, e diante de um partido republicano com inúmeras fissuras internas, este grupo conseguiu manter-se presente e atuante ao longo de 2009, colocando em xeque as políticas de Obama no campo interno (reforma de saúde, reavaliação práticas de combate ao terror e de investigação e interrogatório) e externo (segurança, combate ao terrorismo, fechamento de Guantanamo, guerras do Afeganistão e do Iraque), sem que a Casa Branca abandonasse uma postura defensiva. Obama completa seu primeiro ano em Washington pressionado pela sombra das eleições legislativas de mandato de 2010 e de sua própria reeleição (distante no calendário em 2012), assim como de um sentimento de desconfiança e razoável frustração que paira dentro e fora de casa e afeta seus índices de popularidade. Teria Obama I terminado antes mesmo de começar?

Expressando bem este dilema, de que muito aparentemente se propôs, algo se realizou, mas que ainda não foi promovido o salto qualitativo necessário para mudar o perfil dos EUA em direção a um mundo pós-Bush e que supere o unilateralismo e unipolarismo anteriores encontra-se a avaliação de Brzezinski. Em artigo para *Foreign Affairs* de Novembro/Dezembro de 2009, intitulado “Da esperança à audácia”, o ex-Assessor de Segurança Nacional de Carter (1977/1981) realiza um balanço positivo da Presidência Obama, mas encerra seu texto afirmando que: “Em sua campanha à presidência, Obama provou ser um mestre da conciliação social e da mobilização política. Mas ele ainda não fez a transição da orador inspirado a líder estadista. Defender que algo vai acontecer não é a mesma coisa que fazer acontecer”.

* Professora de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

Ou seja, o estadista faz-se no cargo, e Obama ainda não conseguiu escrever de forma convincente este capítulo adicional de sua história e mais uma vez não só Brzezinski, como outros analistas norte-americanos, indicam que o empecilho para esta passagem encontra-se mais em “Washington” do que no próprio candidato, agora Presidente. Desta forma, a agenda de campanha e as visões progressistas para os EUA estariam sendo bloqueadas pela estrutura do sistema norte-americano, cujo peso tem se imposto sobre Obama. Apesar da timidez democrata e sua falta de rumo serem apontadas igualmente como fatores, como já citado, o maior foco de críticas é justamente no outro e no sentido de divisão e polarização que os republicanos e os grupos de interesse sustentam. Como em outras oportunidades parece existir um descolamento entre a política de DC e a sociedade, ainda que ambas sejam reflexos uma da outra.

Certamente seria difícil, quase impossível, que Obama cumprisse plenamente sua agenda de promessas de campanha logo em seu primeiro ano dada a herança W. Bush e a pressão da crise econômica. O que se questiona, porém, não é tanto a extensão desta pauta que foi cumprida, mas a dificuldade e lentidão no timing de algumas decisões, assim como nesta quase que externalização dos problemas aos republicanos e a “Washington”. Além disso, a oscilação de Obama entre a postura de Comandante em Chefe e de conciliador nacional diante das críticas de seus oponentes e de eventos como o incremento de tropas no Afeganistão, o recebimento do prêmio Nobel da Paz e o fato de ter assumido a responsabilidade pelas falhas de segurança que resultaram na tentativa de atentado em 25 de Dezembro em 2009, sugerem um Presidente em busca de sua identidade.

É fator de preocupação externa que, por enquanto, a Casa Branca tenha somente fornecido “guidelines” de suas ações internacionais relativas ao multilateralismo e combate ao terror, e expressões como “poder inteligente”, para dar conta da nova formulação da grande estratégia norte-americana em substituição à Estratégia de Segurança Nacional de 2002, conhecida como Doutrina Preventiva ou Doutrina Bush. A continuidade nas relações internacionais é marca da política de Estado norte-americano, mas

imprimir estilos táticos diferenciados depois da desconstrução hegemônica de W. Bush não é suficiente para dar conta da formatação deste novo perfil global. Não se espera grandes inovações da Doutrina Obama, mas, pelo menos, vislumbrava-se o lançamento da mesma. Depois da ofensiva inicial dos três primeiros meses de governo com Obama e Hillary Clinton, de viagens (e discursos) históricos na África, predomina o vácuo de poder e a pendência das parcerias estratégicas em um novo nível com estas nações, o engajamento dos Estados bandidos e a ampliação da colaboração com as potências emergentes.

No campo doméstico, a mesma sensação de “meio do caminho” sustenta-se, agravada por esta permanente agressividade republicana, que se observa em votações em torno de linhas partidárias, a descaracterização de projetos como o da reforma de saúde e a criação do sistema universal, os compromissos ambientais, e mesmo a conciliação nacional. Embora essencial na campanha de Obama, a promessa da unidade e reconciliação visando a reconstrução dos consensos bipartidários esbarra em uma realidade prática: a maioria dos republicanos, e mesmo parte dos democratas, não percebe esta prioridade como essencial para a recuperação do país, mantendo a disputa hegemônica interna e as divisões nacionais.

Neste setor, assim como externo, a ofensiva para esta unidade concentrou-se nos primeiros meses de governo, mas não houve respaldo dos adversários. Muito pelo contrário, estes sustentaram um “estado de prontidão” permanente no Legislativo, na mídia, que resultou em episódios de troca de acusações mútuas e ofensas ao Presidente em exercício (chamado de socialista, nazista, mentiroso, somente para citar algumas discussões). Inclusive, existe uma exacerbação da queda dos índices de popularidade pelos republicanos em ano eleitoral, quando esta perda se resume a apenas 3 a 4% do eleitorado. A maioria da população ainda apóia Obama, mas, em um país dividido, ganha espaço o ruído e a força da fragmentação.

E, neste sentido, mais uma vez o problema não reside unicamente nestes que polarizam, mas sim na dificuldade e timidez da presidência em ajustar seu curso a estas ações. Como indicado no início

do texto, as oportunidades que a crise gerou para a reforma, ao colocar em xeque os paradigmas sociais, econômicos, políticos e culturais, abriram caminhos. Daí a presidência ser uma mescla paradoxal de todos os clichês sobre mudança, possibilidade e liderança, que ela mesma invocou durante a campanha presidencial, deixando em aberta a questão de quem é Obama estadista.

Para Obama, os norte-americanos deveriam percorrer juntos esta trajetória da crise e da mudança, só que esta escolha não tem se tornado possível devido à permanência da disputa hegemônica interna que, ao longo da história dos EUA, foi a que lhes provocou maiores custos e perdas (vide a Guerra da Secessão, 1861/1865). À exceção deste conflito, em outras oportunidades, desde a Grande Depressão (1929), quando o consenso não foi possível, um grupo legítima e legalmente eleito impôs-se, reintegrando posteriormente o campo oposto. Afinal, se não é possível que todos andem juntos em um

certo momento, cabe aos democratas caminharem com a maioria que os elegeu, antes que a mesma se disperse, solidificando sua visão do quem são e do que devem ser os EUA em termos domésticos e internacionais nesta nova década.

Recebido em 11/01/2010

Aprovado em 12/01/2010

Resumo: O artigo apresenta uma avaliação do primeiro ano do governo de Barack Obama nos Estados Unidos.

Abstract: The article presents an assessment of Barack Obama's first year of government in the United States.

Palavras-chave: Estados Unidos; Barack Obama; Partido Democrata

Key words: United States; Barack Obama; Democratic Party

